

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.040 - MS (2019/0259746-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : TEREZA CRISTINA SOARES ABDO DA COSTA
ADVOGADO : FELIPE DI BENEDETTO JÚNIOR - MS012234
AGRAVADO : JORGE MIRANDA
ADVOGADOS : FERNANDO CESAR FIGUEIREDO SANTIAGO E OUTRO(S) - MS012244
LUIS ALEXANDRE FIGUEIREDO SANTIAGO - MS011491

DESPACHO

O recurso especial não foi instruído com as guias de preparo e os respectivos comprovantes de pagamento em razão de a parte alegar ser beneficiária da assistência judiciária gratuita. No entanto, a simples alegação, sem comprovação ou pedido nos autos, não é suficiente afastar a deserção.

Da mesma forma, é insuficiente a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento ou cópia integral dos respectivos autos, o que não ocorreu no caso concreto.

Assim, nos termos do § 4.º, art. 1.007, do Código de Processo Civil, **intime-se a parte recorrente para comprovar a condição de beneficiário da gratuidade de justiça deferida pela origem, expressa ou tacitamente, ou realizar o recolhimento em dobro do preparo, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente